

Reflexões sobre o livro de Anthony Giddens *Modernidade e identidade*

Luíza Mônica Assis da Silva¹

O líder comunitário Joaquim de Mello Neto de uma associação de moradores na periferia de Fortaleza, Ceará, que criou um banco com moeda própria, a Palma, expressa com irreverência a noção de sustentabilidade com a frase “Nós tamo lascados mesmo; tem que se unir!”. A organização que coordena, o Banco Palmas, tem como financiadoras instituições oficiais e não governamentais nacionais e internacionais e tenta mudar a vida dos moradores colocando em prática os princípios de economia solidária, da cooperação e de modelos de desenvolvimento local, de modo a diminuir o impacto da globalização no aumento da pobreza e da exclusão. A associação mantém um *site* na Internet que apresenta a organização e traduz seus princípios por meio de uma história em quadrinhos e uma fotonovela com personagens da comunidade.

Como compreender e interpretar a ação desse líder comunitário e de sua associação no contexto contemporâneo? Uma das chaves pode estar no pensamento de Anthony Giddens, em sua Teoria da Estruturação², ao descrever as características de uma sociedade que, segundo o autor, vive um processo de *modernidade tardia ou de alta modernidade*.

1 Doutora em Psicologia Social, das Organizações e do Trabalho pela Universidade de Brasília, UnB. Professora do Mestrado em Comunicação da Universidade Católica de Brasília. E-mail: luizamonica@uol.com.br.

2 A estrutura limita e ao mesmo tempo é limitada pelas ações individuais. Há uma relação de implicação e interdependência entre o micro e o macro e a ação e a estrutura.

Dada a pluralidade de significados que podem ser atribuídos à modernidade, Giddens a classifica como “instituições e modos de comportamento estabelecidos depois do feudalismo na Europa e que no século XX se tornaram mundiais em seu impacto” (2002, p. 17). A industrialização é o cerne desse processo composto também por: i) o desenvolvimento de relações capitalistas; ii) o estabelecimento de instituições de vigilância por meio do uso da informação como mecanismo de submissão e da industrialização da guerra ou “guerra total” com o desenvolvimento de armas nucleares; iii) o estabelecimento de formas sociais distintas como as organizações e o Estado-Nação.

Em seu livro *Modernidade e identidade*, Giddens examina as consequências da nova dinâmica das instituições na modernidade e sua influência na vida cotidiana das pessoas e nas transformações do eu e dos mecanismos de auto-identidade dos indivíduos. No século XX, as instituições têm seu dinamismo acelerado: são impactadas e impactam processos em nível global. O mesmo acontece com os indivíduos que “independentemente do quão local sejam os contextos específicos da ação, os indivíduos contribuem para (e promovem diretamente) as influências sociais que são globais em suas consequências e implicações” (GIDDENS, 2002, p. 9).

Para ele, não há como se falar em pós-modernidade já que não há uma ruptura completa com as tradições e instituições da modernidade, mas sim um maior dinamismo, amplitude e profundidade que afetam práticas sociais e modos de comportamento em uma escala global. Nesse sentido, existem três elementos. O primeiro seria a separação entre espaço e tempo. O segundo, o desencaixe das instituições sociais em fichas simbólicas e sistemas especializados, onde todos podemos ser considerados leigos. O terceiro seria o da reflexividade institucional, onde há uma constante revisão do conhecimento e da informação usados para guiar a vida cotidiana.

Os impactos desses elementos na vida cotidiana dos indivíduos, que são inescapáveis, nos encerram num mundo de dúvida radical e múltiplas fontes de autoridade. A construção do eu e da identidade é feita de forma reflexiva (os indivíduos sabem o que estão fazendo e por que estão fazendo), mas dentro de uma miríade de opções e de possibilidades de agir.

Trata-se de um mundo de possibilidades nunca antes vistas no contexto tradicional. O autor usa como exemplo dessas transformações o estudo *Segunda chance*, de Wallerstein e Blakeslee, sobre divórcio e casamento. A pesquisa aponta e ao mesmo tempo influencia a identidade, transforma a subjetividade, os perigos e as oportunidades. Desvela também a problemática e as novas possibilidades que podem ser recompensantes no contexto das chamadas novas famílias, profundamente diferenciadas das tradicionais. Um novo mundo gerador de ansiedades, nos quais os riscos são calculados e que exigem constantes adaptações.

Nesse novo contexto moderno, a mídia desempenha um papel fundamental. Ajuda a diluir as esferas de tempo e espaço do local e do global e apresenta o mundo sob a forma de uma colagem na qual as informações deixam de ter hierarquia e são em sua maioria contraditórias. As novas tecnologias de comunicação geram também o efeito de familiaridade com fatos e acontecimentos profundamente distantes da vida do espectador, no qual os fatos viram, inclusive, marcadores sociais de espaço e tempo. A mídia não apenas reconstrói a realidade, mas muitas vezes termina por constituir-la. Os meios de comunicação servem também como disseminadores de conhecimento e guias para os estilos de vida e de construção da identidade, bem como a sugestão de narrativas coerentes do eu e para o controle de circunstâncias da vida. Para além de funcionarem como válvula de escape, há também um espaço para resignificação dos conteúdos a partir das experiências de vida, da moral e da estética de indivíduos e de coletividades.

A modernidade tardia é fundamental para se compreender a identidade dos indivíduos e se estende ao chamado núcleo do Eu, influencia as relações de confiança de relações afetivas e na qual “(...) é precisamente parte de uma mobilização reflexiva da autoidentidade, não se limita às crises da vida, mas é uma característica geral da atividade social moderna em relação à organização psíquica” (2002, p. 37).

Os conhecimentos das ciências sociais, em especial a Sociologia e a Psicologia, estão diretamente envolvidos na capacidade reflexiva do eu já que seu conhecimento serve também de guia cotidiano.

Os manuais de autoajuda servem de mapas para a vida cotidiana na construção da identidade do eu de um su-

jeito cada vez mais autônomo. Abrem espaço para lidar com questões ontológicas como a natureza da existência, a finitude da vida humana, a experiência dos outros e da identidade num eu e corpo contínuos.

De acordo com Giddens, o corpo é visto como aspecto fundamental do eu e construção da autoidentidade. A partir das contribuições de Goffman e Garfinkel, o autor apresenta a questão de controle do corpo em situações de interação social, de demonstração de disciplina como nos regimes e na performance de transexuais.

O indivíduo é visto como o principal responsável pela construção do eu a partir da reflexividade que permeia o desenvolvimento e as trajetórias individuais. Um exemplo seria o das narrativas biográficas que aparecem conjuntamente com a modernidade. Os manuais de autoajuda e os processos de terapia focam os processos de autorrealização e de oportunidades e riscos para a escolha de estilos e planos de vida. Esse processo é cada vez mais complexo já que, para o autor, “a modernidade confronta o indivíduo com uma complexa variedade de escolhas e ao mesmo tempo oferece pouca ajuda sobre as opções que devem ser selecionadas” (2002, p. 79). Essas escolhas devem ser feitas e devem estar sempre abertas a mudanças, dada a natureza mutável da autoidentidade e da diversidade de interações e papéis que os sujeitos exercem nas mais diferentes situações de interação social. Além disso, a modernidade pressupõe, ao mesmo tempo, fragmentação e unificação da mercantilização que influenciam o projeto de eu.

Esse processo, além de provocar ansiedade e necessidade constante de adaptação, provoca também um esvaziamento, uma falta de sentido pessoal. Nas relações mercantilizadas, a religião também se torna um domínio especializado que compete com outras fontes de autoridade para a autorrealização. Alguns indivíduos, diante da incerteza e da dúvida constante, optam por serem submissos a uma autoridade dogmática ou ao ceticismo e à imobilização.

Os dilemas do eu podem ser sintetizados em quatro campos. O primeiro é o da *unificação versus fragmentação*, em que o indivíduo desenvolve um projeto reflexivo do eu baseado no contexto, suas experiências possibilitadas pela mídia. O segundo é o da *impotência versus apropriação*, em que o indivíduo dispõe de variadas oportunidades, mas pode ser tomado por uma sensação de impotência. O terceiro seria o da *experiência personalizada versus*

mercantilizada, em que o desafio recai sobre construir a narrativa do eu a partir de suas vivências ou dos modelos de consumo oferecidos pelo mercado.

Giddens afirma que, apesar das consequências da modernidade nos levarem a um eu mínimo, seus desdobramentos têm profundas implicações na esfera política. Tais implicações o levam a contrapor dois modelos distintos: a política emancipatória e a política vida. São enfatizadas as consequências da reflexividade da ação individual e a integração entre os níveis micro e macro. Percebe-se como as identidades individuais influenciam a esfera coletiva. Nas palavras do autor:

O etos do autocrescimento assinala importantes transições sociais na modernidade tardia como um todo. Essas transições são – a reflexividade institucional em expansão, o desencaixe das relações sociais pelos sistemas abstratos e a consequente interpenetração do local e do global. Em termos de uma agenda política, podemos captar suas implicações distinguindo entre a política emancipatória e a política vida (2002, p. 193).

A política emancipatória busca libertar os indivíduos da exploração e também da desigualdade de oportunidades e possibilidades de vida. Isso implica a adoção de valores morais e tornar imperativos os valores de justiça, igualdade e participação, num estado definido por Rawls, em sua teoria da justiça, como a liberdade de agir responsavelmente e de acordo com as obrigações coletivas. Giddens destaca que a política emancipatória é fundamental por conta das desigualdades materiais que crescem em escala global no capitalismo.

A política emancipatória prepararia o terreno para a política vida, assim conceituada:

Refere-se a questões políticas a partir de processos de autorrealização em contextos pós-tradicionais, onde as influências globalizantes penetram profundamente no projeto reflexivo do eu e, inversamente, onde os processos de autorrealização influenciam as estratégias globais (2002, p. 197).

A política vida surge no bojo de um contexto particular da modernidade tardia no qual a questão ambiental, o armamento nuclear, a religiosidade, as demandas dos movimentos sociais como o feminismo e as questões éticas relacionadas à reprodução humana recolocam dilemas fundamentais na agenda política. Tais questões são diretamente vinculadas com decisões de vida individual e com impacto profundo nas esferas coletivas. Nunca as decisões individuais tiveram um peso tão grande nas esferas institucionais quanto agora que está ameaçada a vida da espécie. Ao mesmo tempo, só se tornarão possíveis devido à capacidade reflexiva do eu.

O autor finaliza o livro enfatizando os desafios da modernidade tardia, dentre eles, a difícil busca de consenso e de soluções para problemas comuns, tarefa que envolve o fim da desigualdade e da exploração e uma nova construção de princípios éticos e morais locais/globais. O grande dilema reside na conciliação das escolhas e possibilidades individuais com um futuro comum, numa sociedade cada vez mais produto de uma lógica mercantilizada e excludente. Um desafio, em suma, reunir a política vida e a política emancipatória.

O pensamento de Giddens configura-se como uma promissora vertente sociológica para os pesquisadores da comunicação. Destacamos a articulação entre os níveis micro e macro e as transformações na essência do eu moldadas e configuradoras da modernidade. Uma sociedade que vive atormentada pela dúvida e a incerteza, pelo fluxo de informação acelerado trazido pela mídia e pela fragmentação e especialização crescentes.

Pode-se argumentar que as escolhas e opções de estilos de vida são limitados para a maioria dos indivíduos no mundo capitalista e globalizado. Entretanto, mesmo para os grupos economicamente excluídos e as minorias, as opções que se descortinam são infinitamente superiores às oferecidas por sociedades tradicionais. Esse seria, inclusive, um dos resultados da política emancipação e política vida.

Destacamos, ainda, sua concepção analítico-interpretativa das ciências sociais e do papel ativo da Sociologia e da Psicologia no cotidiano dos indivíduos. Podemos retomar agora o exemplo inicial do texto, no qual o líder comunitário constrói de forma complexa sua identidade, vislumbra novas possibilidades de ação para si e seus conterrâneos

à luz de uma complexa gama de conhecimentos vinda da mídia, da academia, das ONGs, enfim, de diversas fontes. Num simples e engraçado modo “ceará” de falar, ele expressa a ameaça de viver num mundo sem sustentabilidade, o grande risco da modernidade tardia.

Referências

GIDDENS, A. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.